



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

HABEAS CORPUS Nº 0200942-7 – RECIFE – 13ª VARA CRIMINAL.  
IMPETRANTE: ARAMIS FRANCISCO TRINDADE DE SOUZA.  
PACIENTE: VITAL JOSÉ ALVES BEZERRA DE MELO E OUTRO.  
RELATOR: DES.ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO.  
PROCURADORA DE JUSTIÇA: PATRÍCIA CARNEIRO TAVARES.

167

**HABEAS CORPUS. FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PARTICULAR E  
USO DE DOCUMENTO FALSO. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL.  
PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. NÃO OCORRÊNCIA.  
RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. MARCO INTERRUPTIVO.  
OBSERVÂNCIA DO PRAZO PRESCRITO NO ART.109, IV, CP. ORDEM  
DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.**

I – Constatado que, entre o fato criminoso e a denúncia, e a partir desta até a presente data, houve observância do prazo estabelecido no art.109,V, do Código Penal, não há ocorrência da prescrição, estando incólume, portanto, a pretensão punitiva estatal

II - Habeas Corpus denegado. Decisão Unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Habeas Corpus 0200942-7**, no qual figuram como partes as retronominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, denegar a ordem, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 26 de Janeiro de 2010

  
Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção  
Relator

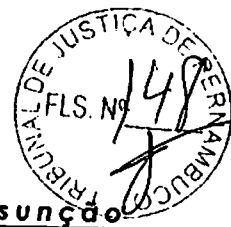
M



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº 200942-7.

168

IMPETRANTE: ARAMIS FRANCISCO TRINDADE DE SOUZA.

PACIENTE: VITAL JOSÉ ALVES BEZERRA DE MELO E MARIA DA CONCEIÇÃO BARROS BEZERRA DE MELO.

RELATOR: DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO

PROCURADORA CONVOCADA: PATRÍCIA CARNEIRO TAVARES.

RELATÓRIO:

Aramis Francisco Trindade de Souza, advogado, impetrou Habeas Corpus, em favor de Vital José Alves Bezerra de Melo e Maria da Conceição, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da 13ª Criminal da Capital.

Sustenta, em síntese, que os pacientes, denunciados, em concurso material, pela prática de falsidade de documento particular (art.298) e uso de documento falso (art.304), estão sofrendo constrangimento ilegal, pois estão prescritos os delitos imputados, consumados em 02/01/1995.

Pretende, portanto, com base no art. 109, inciso III<sup>1</sup>, do CP, a decretação da extinção da punibilidade dos agentes.

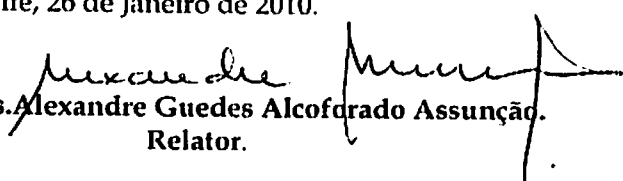
A medida liminar foi indeferida, consoante decisão interlocutória às fls.119/120.

A autoridade coatora, à fl.133, prestou informações.

A Procuradoria de Justiça, às fls.142/143, ofertou parecer, manifestando-se pela denegação da ordem.

É O RELATÓRIO.

Recife, 26 de Janeiro de 2010.

  
Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção.  
Relator.

<sup>1</sup> Art. 109 - A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 110 deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se:

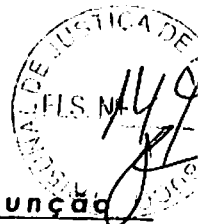
III - em doze anos, se o máximo da pena é superior a quatro anos e não excede a oito;



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção



169

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº 200942-7.

IMPETRANTE: ARAMIS FRANCISCO TRINDADE DE SOUZA.

PACIENTE: VITAL JOSÉ ALVES BEZERRA DE MELO E MARIA DA CONCEIÇÃO BARROS BEZERRA DE MELO.

RELATOR: DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO

PROCURADORA CONVOCADA: PATRÍCIA CARNEIRO TAVARES.

VOTO:

Como relatado, trata-se de pedido de Habeas Corpus, impetrado por Aramis Francisco Trindade de Souza, em favor de Vital José Alves Bezerra de Melo e Maria da Conceição Barros Bezerra de Melo, alegando que os pacientes estão sofrendo constrangimento ilegal, pois, no curso do processo, sobreveio a prescrição da pretensão punitiva.

Alega, para tanto, que, entre a consumação dos delitos (02/01/1995) até a presente data, já se passaram mais de 12 anos, incidindo, na espécie, o disposto no art. 107, inciso V, c/c art.109, inciso III, ambos do Código Penal.

Pois bem.

Após análise detida das principais peças acostadas aos autos, especialmente a denúncia oferecida, não vislumbro a coação ilegal aventada na inicial.

Na verdade, o caso vertente não demanda grandes discussões.

O fato delituoso, segundo o próprio impetrante afirma na inicial, consumou-se em 02/01/1995.

Em 12/09/2005, recebida a denúncia (fl.137), sobreveio, portanto, um marco interruptivo, previsto no art.117, inciso I, do CP.

Assim, incólume está a pretensão punitiva estatal, porquanto, entre o fato criminoso e a denúncia, ou, ainda, a partir do recebimento desta até a presente data, não transcorreu o prazo de 12(doze) anos, estabelecido no art. 109, inciso IV, do CP.

Isto Posto, em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça, voto pela denegação da ordem.

É COMO VOTO.

Recife, 26 de Janeiro de 2010.

Des.Alexandre Guedes Alcoforado Assunção.

Relator.